

Gasto com juros amplia déficit

Da Redação

O setor público pagou em agosto R\$ 10,924 bilhões em juros da dívida pública, o dobro dos gastos de julho. Diante do significativo aumento dessas despesas, o governo, estados e municípios fecharam o mês passado com rombo R\$ 4,439 bilhões, o que, tecnicamente se

chama de déficit nominal. Nem mesmo o superávit primário (receitas menos despesas, sem os gastos com juros) de R\$ 6,485 bilhões, recorde no ano, foi suficiente para reverter esse quadro. Isso significa dizer que o governo federal queimou todos os R\$ 6,4 bilhões conseguidos com a venda de ações da Petrobras e o recebimento da última parcela

da privatização da Telebrás com o pagamento de juros.

A explosão dos gastos com juros em agosto ocorreu, segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes, por causa da alta de 2,74% nos preços do dólar. Como 20% da dívida pública são corrigidos pela variação da moeda norte-americana, o impacto foi devastador. Cada ponto percentual para cima ou para baixo dessa dívida cambial resulta em impacto de 0,2% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, no mês passado, a alta do dólar no mês passado custou 0,5% da soma de toda a riqueza produzida pelo país em um ano.

Nos últimos 12 meses terminados em agosto, no entanto, a relação déficit nominal e PIB ficou em 3,17%, a menor desde 1991. Isso demonstra, na avaliação de Lopes, a melhoria da situação fiscal do país. Mas ele chamou a atenção para o fato de essa relação não ser estável. Tanto que, pelas suas contas, o déficit nominal voltará a crescer em relação ao PIB nos próximos meses.

No acumulado do ano até agosto, o Brasil vem cumprindo com folga o critério de desempenho acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Nos oito primeiros meses de 2000, o superávit primário acumulado é de R\$ 31,220 bilhões,

enquanto a trajetória básica acertada com o FMI era de R\$ 25,854 bilhões.

Para setembro, segundo Lopes, o critério de desempenho previsto é de R\$ 29 bilhões, ou seja, a folga que era superior a R\$ 5 bilhões em agosto já caiu para pouco mais de R\$ 2,2 bilhões em setembro. "Tudo de primário que fizemos em setembro contribuirá para aumentar a folga", avalia o chefe do Depec. Lopes disse que o Banco Central não vê com preocupação o fato da folga acumulada no primeiro semestre do ano ser consumida no segundo. "Isso já era mais do que previsto", afirmou.

Imposto de Renda na fonte para pessoas físicas e jurídicas. As liminares determinavam que a correção da tabela, congelada desde 1996, fosse feita pela Unidade Fiscal de Referência. A cassação foi solicitada pelo advogado-geral da União, Gilmar Ferreira Mendes, que considerava as liminares potencialmente capazes de provocar grave lesão à economia nacional. Segundo informações da AGU, o "efeito cascata" de liminares semelhantes no resto do país poderia acarretar a perda de R\$ 3 5 bilhões na arrecadação no ano 2000.